Humanidades & Inovação

ENTRE TELAS E PALANQUES: INTERSECCIONALIDADE, POLÍTICA E FICÇÃO – SHIRLEY CHISHOLM, DONALD TRUMP E OS REFLEXOS NA LUTA POR IGUALDADE

BETWEEN SCREENS AND STAGES: INTERSECTIONALITY, POLITICS AND FICTION – SHIRLEY CHISHOLM, DONALD TRUMP AND THE REFLECTIONS IN THE FIGHT FOR EQUALITY

KENNY STEPHANNY SOUZA OLIVEIRA
Doutoranda e Mestra em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos (PPGIDH/UFG)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8084766671485482
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1640-8831
E-mail: kennyestephanny@gmail.com

Resumo: *Em 1970, Shirley Chisholm, uma mulher negra, se tornou a primeira a se candidatar à presidência dos Estados Unidos. Sua trajetória é emblemática para entender o fenômeno da interseccionalidade, conceito nomeado anos depois por Kimberlé Crenshaw. A recente adaptação cinematográfica "Shirley para Presidente (2024)" traz à tona as dificuldades enfrentadas por mulheres negras na política. Em paralelo, a eleição de Donald Trump para um segundo mandato, em 2025, revela um cenário alarmante: o fortalecimento do patriarcado, sexismo e misoginia, com nuances ficcionais que dialogam com "O Conto da Aia (1985; 2017)". Este artigo, utilizando abordagem qualitativa e método dialético com perspectiva decolonial, investiga como a ficção influencia a percepção da realidade e como o cinema pode ser um espelho das interseccionalidades vividas por mulheres negras.*

Palavras-Chaves: *Interseccionalidade; cinema e política; direitos humanos; feminismo; política e ficção.*

Abstract: *In 1970, Shirley Chisholm, a Black woman, became the first to run for President of the United States. Her trajectory is emblematic for understanding the phenomenon of intersectionality, a concept later named by Kimberlé Crenshaw. The recent film adaptation Shirley for President (2024) brings to light the challenges faced by Black women in politics. In parallel, Donald Trump's election for a second term in 2025 reveals an alarming scenario: the strengthening of patriarchy, sexism, and misogyny, with fictional nuances that dialogue with The Handmaid's Tale (1985; 2017). This article, using a qualitative approach and a dialectical method with a decolonial perspective, investigates how fiction influences the perception of reality and how cinema can serve as a mirror of the intersectional experiences of Black women.*

Keywords: *Intersectionality; cinema and politics; human rights; feminism; politics and fiction.*

Introdução

A arte, em suas diversas manifestações, reflete e questiona as dinâmicas sociais. O cinema, em particular, tem se mostrado uma potente ferramenta de exploração crítica de temas como gênero, raça e política. Shirley Chisholm, com sua candidatura à presidência, protagonizou um marco histórico que à época desafiou as barreiras raciais e de gênero nos Estados Unidos. Em 2025, o retorno de Donald Trump ao poder contrasta com avanços significativos nas pautas feministas e minoritárias, evidenciando retrocessos que dialogam com narrativas ficcionais como "O Conto da Aia (1985; 2017)". Este artigo propõe explorar essas interseções, analisando como a ficção pode influenciar percepções políticas e sociais e como a interseccionalidade emerge como um conceito central para compreender tais dinâmicas.

Metodologia

Na elaboração do presente artigo adotou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada no método dialético com perspectiva decolonial, visando compreender as interseções entre política, ficção e interseccionalidade a partir da análise da cinebiografia *Shirley para Presidente* (2024) e da obra distópica *O Conto da Aia* (1985; 2017). A metodologia aplicada envolve a análise de conteúdo de materiais audiovisuais, artigos acadêmicos, documentos jornalísticos e produções teóricas de referência, com destaque para autoras negras como Kimberlé Crenshaw (2002), Sueli Carneiro (1993;2019), Lélia Gonzalez (1984;2018) e Patricia Hill Collins (2021). O estudo ancora-se também em um levantamento bibliográfico crítico e interdisciplinar, com foco na articulação entre gênero, raça, classe e política, buscando evidenciar como elementos da ficção dialogam com cenários políticos contemporâneos e com os processos de marginalização vivenciados por mulheres negras em nível global.

O Fenômeno da Interseccionalidade

O fenômeno da interseccionalidade é uma realidade estrutural e sistêmica das sociedades marcadas por hierarquias de raça, gênero e classe. No entanto, sua sistematização teórica ocorreu apenas em 1989, por meio dos estudos da pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw, que já investigava o fenômeno há alguns anos. No Sul Global, intelectuais como Lélia Gonzalez (1984; 2018) e Sueli Carneiro (1993) já abordavam as intersecções entre raça, gênero e outras formas de opressão em seus trabalhos, mesmo antes da formulação conceitual do termo. Seus trabalhos forneceram importantes bases para o desenvolvimento de uma perspectiva interseccional voltada às especificidades da realidade latino-americana e afro-diaspórica.

Foi, realmente, no século XXI que o conceito toma maior amplitude e é difundido em várias áreas, sendo utilizado por acadêmicos, pesquisadores, professores, militantes políticos, jornalistas, nas mídias sociais por meio de blogueiros, por lideranças de movimentos que utilizam as variadas dimensões da interseccionalidade para nortearem seus trabalhos. "Nesses diferentes locais, pessoas reivindicam e usam cada vez mais o termo 'interseccionalidade' em projetos políticos e intelectuais" (Collins e Bilge, 2021, p.15).

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) apontam que, caso se pergunte as pessoas que utilizam o conceito: "o que é a interseccionalidade?", respostas das mais variadas seriam ouvidas. Mas a maioria acertaria a seguinte descrição genérica:

> A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se multualmente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas, das experiências humanas (p. 15-16).

Kimberlé Crenshaw (2005, p. 9), responsável pela formulação do conceito, é categórica ao afirmar que "a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos". Além disso, destaca que "[...] uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença".

Dessa forma, é fundamental compreender a interseccionalidade não apenas como um fenômeno observável que evidencia a sobreposição de marcadores sociais e revela identidades e opressões, mas também como uma ferramenta analítica capaz de identificar e traçar caminhos para a resolução de problemas estruturais.

Interseccionalidade como Ferramenta Analítica

É um fato que a interseccionalidade aparece como ferramenta analítica no século XXI. A utilização da ferramenta aponta para várias dimensões primordiais do crescimento da desigualdade global. Por meio das lentes da análise interseccional é possível observar que a desigualdade social não atinge da mesma maneira e em mesma amplitude as diversidades dos povos, mulheres, homens negros, mulheres negras, pessoas indígenas, pessoas quilombolas, a população trans, pessoas com deficiências.

> Em vez de ver pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estruturas para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global (Collins e Bilge, 2021. P. 33).

Collins e Bilge (2021) apontam que a interseccionalidade é frequentemente utilizada como ferramenta analítica no Sul Global, mesmo não recebendo essa denominação. Assim como na América do Norte e na Europa em que mulheres negras utilizam da interseccionalidade como ferramenta de análise e resposta a desafios sofridos.

Antes mesmo da cunhagem do termo, que só aconteceu pelas mãos de Kimberlé Crenshaw, em 1989, nos deparamos com a observação, o entendimento do fenômeno, por parte de mulheres negras. No Brasil grandes pesquisadoras se debruçavam, Lélia Gonzalez (1984, p. 228), com o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica escreveu sobre as peculiaridades que marcam os corpos das mulheres negras e promove a denuncia do mito da democracia racial por muito difundido por Gilberto Freire, esclarecendo que "[...] como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra". Também em seus estudos, Sueli Carneiro (1988; 1993, p.15), se debruçava sobre a importância de um movimento político organizado de mulheres negras: "A constituição da mulher negra como um novo ator político exigiu criatividade no sentido de demarcar a identidade política do ser mulher negra diante da questão da mulher e da questão do negro" (p.15).

Assim como ocorre com diversas pesquisadoras brasileiras, na América do Norte, uma figura histórica há muito esquecida voltou a ganhar visibilidade após sua trajetória ser adaptada para o roteiro de um longa-metragem em 2024. Trata-se de Shirley Chisholm, cuja atuação política merece destaque não apenas por sua contribuição ao movimento feminista negro, mas também por seu olhar crítico e analítico sobre a interseccionalidade. Ao analisar sua vida e trajetória, tanto por meio do longa-metragem quanto pelos registros documentais e jornalísticos disponíveis, observa-se a consonância de sua atuação com o novo olhar feminista e antirracista, conforme formulado por Sueli Carneiro (2019). Esse olhar, ao integrar tanto as tradições de luta do movimento negro

quanto as do movimento de mulheres, estrutura uma nova identidade política decorrente da especificidade da experiência de ser mulher negra.

A interseccionalidade, utilizada aqui como ferramenta analítica, permite identificar que, apesar das diferenças geopolíticas entre os Estados Unidos da América e países da América Latina e outras nações subdesenvolvidas, as opressões que atravessam os corpos de mulheres negras não se restringem a fronteiras geográficas. A condição de subalternização racial e de gênero é um fenômeno transnacional, manifestando-se de formas distintas, mas estruturalmente correlatas, em diferentes contextos sociopolíticos.

A Vida de Shirley Chisholm

A luta contínua pela igualdade de gênero e raça tem sido marcada por diversas personalidades feministas que, ao longo de suas trajetórias, buscaram a equidade e a ampliação de oportunidades tanto na esfera pessoal quanto na profissional. Entre essas figuras históricas, destaca-se Shirley Anita St. Hill Chisholm, pioneira na política norte-americana. Chisholm foi a primeira mulher afro-americana a ocupar um cargo no Congresso dos Estados Unidos, em 1968, e a primeira mulher negra a disputar a indicação para a presidência do país por um dos dois principais partidos políticos, em 1972. Seu legado permanece fundamental para a compreensão das dinâmicas interseccionais de raça e gênero na política estadunidense e para a valorização das mulheres negras como agentes de transformação social.

A matéria de Debra Michals, publicada em 2015, pela National Women's History Museum, com foco na vida política de Shirley aponta seu lema e título de sua autobiografia — *Unbought and Unbossed* (*Não Comprada e Não Submissa*) — ilustram sua defesa veemente das mulheres e das minorias durante seus sete mandatos na Câmara dos Representantes dos EUA.

Nascida no Brooklyn, Nova York, em 30 de novembro de 1924, Chisholm era a mais velha de quatro filhas de pais imigrantes: Charles St. Hill, um operário de fábrica da Guiana, e Ruby Seale St. Hill, uma costureira de Barbados. Ela se formou na Brooklyn Girls' High em 1942 e se graduou *cum laude* no Brooklyn College em 1946, onde venceu prêmios na equipe de debates. Embora seus professores a incentivassem a seguir uma carreira política, ela respondia que enfrentava um "duplo obstáculo" por ser negra e mulher (Debra Michals, 2015, online). Aqui vemos a consciência de Shirley sob o fenômeno da interseccionalidade que transpassou toda sua existência enquanto mulher negra.

Debra Michals (2015) aponta que inicialmente, Chisholm trabalhou como professora de educação infantil. Em 1949, casou-se com Conrad Q. Chisholm, um investigador particular (eles se divorciaram em 1977). Em 1951, obteve um mestrado em educação infantil pela Universidade de Columbia. Até 1960, atuava como consultora da Divisão de Creches da cidade de Nova York. Sempre consciente da desigualdade racial e de gênero, envolveu-se em capítulos locais da Liga das Eleitoras, da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP), da Urban League e do clube do Partido Democrata no bairro de Bedford-Stuyvesant, Brooklyn.

> Em 1964, Chisholm concorreu e se tornou a segunda afro-americana a integrar a Assembleia Legislativa do Estado de Nova York. Após uma redistribuição distrital determinada pela justiça, que criou um novo distrito majoritariamente democrata em sua vizinhança, Chisholm concorreu em 1968 para uma vaga no Congresso — e venceu. Lá, a "Shirley Lutadora" apresentou mais de 50 projetos de lei e defendeu a igualdade racial e de gênero, os direitos dos pobres e o fim da Guerra do Vietnã. Em 1971, foi cofundadora do *National Women's Political Caucus*, e, em 1977, tornou-se a primeira mulher negra e a segunda mulher da história a integrar o influente Comitê de Regras da Câmara. Nesse mesmo ano, casou-se com Arthur Hardwick Jr., legislador do Estado de Nova York. (Debra Michals, 2015, **tradução nossa**).

A discriminação de raça e gênero acompanhou a campanha de Chisholm pela indicação presidencial do Partido Democrata em 1972. Ela foi impedida de participar dos debates primários televisionados e, após uma ação judicial, conseguiu autorização para fazer apenas um discurso. Ainda assim, estudantes, mulheres e minorias seguiram a "Trilha de Chisholm". Ela disputou 12 primárias e conquistou 152 votos de delegados (10% do total) — apesar de uma campanha subfinanciada e da resistência da predominantemente masculina Bancada Negra do Congresso. Aqui cabe apontar a necessidade de enegrecer o feminismo em dado, conforme Sueli Carneiro (2015, p. 313), tendo em vista que:

> As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina dessas mulheres.

De acordo a Debra Michals (2015, *online*) após sua aposentadoria do Congresso em 1983, Chisholm dedicou-se à docência no Mount Holyoke College e cofundou o *National Political Congress of Black Women*, ampliando sua atuação na luta pelos direitos das mulheres negras na política. Em 1991, mudou-se para a Flórida e, posteriormente, recusou a indicação para o cargo de embaixadora dos Estados Unidos na Jamaica devido a problemas de saúde. Sobre seu legado, afirmou: "Quero ser lembrada como uma mulher ... que ousou ser um catalisador da mudança".

Ficção e Representatividade pelo Filme "Shirley para Presidente"

Antes de analisarmos a obra cinematográfica *Shirley para Presidente* (2024), é fundamental compreendermos como a representação das mulheres nas diferentes linguagens oscila entre presença e ausência. Como destaca Rosana Kamita (2017), essa representação, na maioria das vezes, manifesta-se como presença enquanto objeto sob uma perspectiva masculina, ao passo que se esvanece quando se trata da mulher como agente ativo na construção de sentido.

Nesse contexto, muitos filmes reproduzem uma ideologia que legitima o discurso masculino como oficial, ao mesmo tempo em que silenciam ou desautorizam narrativas insurgentes. Dessa forma, a representação de mulheres tende a ser amplamente difundida quando alinhada ao discurso dominante de determinado momento histórico, enquanto abordagens que rompem com os moldes tradicionais ou que emergem da ótica de cineastas com posicionamento crítico não recebem a mesma visibilidade (Kamita, 2017). Nesse sentido, a representação da trajetória de Shirley Chisholm no cinema parece encontrar espaço não apenas por seu valor biográfico, mas também por sua relevância histórica e política.

O filme foi lançado pela Netflix e é dirigido pelo roteirista e diretor negro John Ridley, que ganhou o Oscar de Melhor Roteiro Adaptado em 2013 pelo filme "12 Anos de Escravidão", também escreveu sete romances. De acordo a crítica brasileira de cinema Letícia Magalhães (2024), ele é produtor de cinema desde 1997 e se envolveu numa polêmica há alguns anos quando escreveu um artigo para o Los Angeles Times pedindo à HBO que retirasse o considerado clássico "E o Vento Levou..." (1939) de sua plataforma de streaming porque o filme glorificava a escravidão e o modo de vida racista do Sul.

Na análise das críticas ao filme, há um consenso: a obra busca, na medida do possível, ser fiel à história de Shirley Chisholm, resultando em uma cinebiografia acessível que transmite sua mensagem de forma objetiva ao público geral. O filme destaca a trajetória de uma mulher negra, política e congressista que, em 1972, desafiou as estruturas de poder ao lançar sua candidatura à presidência dos Estados Unidos da América.

Nesse sentido, o filme cumpre sua função ao alcançar um público amplo por meio de um roteiro e diálogos simples, evidenciando os inúmeros obstáculos enfrentados por uma mulher negra, feminista e política que ousou disputar a presidência em um país profundamente racista, machista e sexista. A narrativa cinematográfica expõe o fenômeno da interseccionalidade vivido por Chisholm, ilustrando não apenas a resistência imposta pelas estruturas políticas hegemônicas, mas também a falta de apoio por parte de homens negros durante sua candidatura. Assim, o filme

escancara a branquitude, o racismo estrutural e a homogeneidade sexista que caracterizam a política norte-americana. Um cenário que, de maneira geral, se reproduz nas mais diversas partes do mundo.

Óbvio que o filme, *Shirley para Presidente (2024)*, não escaparia dos comentários dos críticos que são em suma maioria, homens brancos:

> Shirley para Presidente, assim, acaba sendo um filme exageradamente quadrado, sem qualquer arroubo criativo, contando a história passo a passo, como se fosse um filme inspirado na página da Wikipédia de Shirley. Até mesmo a atuação de Regina King é fraca -- ela, que já trouxe grandes atuações Ray e Se a Rua Beale Falasse, faz quase uma imitação de Shirley. Cria pouco (Matheus Mans, 2024, online).

Sem desconsiderar a relevância da crítica cinematográfica dos estudiosos da área, é fundamental reconhecer a importância de um longa como *Shirley para Presidente* (2024) no cenário político atual. Um longa que conta a história de uma política e ativista negra, que tem como atriz Regina King, e sabemos de toda dificuldade das mulheres negras que são atrizes. A obra desempenha um papel inegável ao ampliar o alcance da trajetória de Shirley Chisholm para um público mais amplo, que, sem esse acesso, provavelmente desconheceria sua história e importância para o feminismo negro. Nesse sentido, a simplicidade da narrativa não deve ser vista como um demérito, mas como um recurso com estratégia para tornar sua mensagem mais acessível e impactante para as massas.

O Atual Cenário Político Global e os Riscos para as Pautas Feministas e Minoritárias

Análise da reeleição de Donald Trump e seu impacto em pautas progressistas

A retomada da vida e trajetória política de Shirley Chisholm por meio da cinebiografia lançada em 2024 assume uma relevância fundamental no contexto geopolítico de 2025. Em um cenário no qual a extrema-direita consolida cada vez mais sua força, Donald Trump retorna à presidência dos Estados Unidos após uma vitória sobre a candidata mulher negra, Kamala Harris, em uma eleição histórica. Para nós, feministas, essa derrota simboliza a perda de uma batalha crucial, que, por um momento, alimentou a esperança da eleição da primeira mulher para a liderança da maior potência econômica mundial.

Entretanto, o desfecho revelou-se catastrófico: mais uma vez, um homem branco e de extrema-direita ascende ao poder, intensificando um panorama global já marcado por conflitos bélicos localizados, instabilidade no ambiente digital e disputas políticas acirradas. A reeleição de Trump e seu discurso de posse evidenciam uma escalada de retórica violenta e persecutória, voltada contra mulheres, a comunidade negra, imigrantes e pessoas LGBTQIAP+, reforçando a necessidade de resistência e mobilização diante das ameaças aos direitos civis e sociais e as violações de direitos humanos.

O *Projeto 2025*, promovido por Donald Trump, ataca objetivamente os direitos das mulheres, ao passo que propõe uma agenda presidencial ultraconservadora que busca reverter direitos civis e humanos, implementando políticas extremistas em todas as agências e departamentos federais dos EUA. Desenvolvido pelo *think tank* conservador Heritage Foundation, o plano inclui ataques diretos à saúde sexual e reprodutiva, com estratégias para restringir e eliminar o acesso à mifepristona, medicamento essencial para o aborto medicamentoso (Guttmacher, 2024, *online*).

Também, o *Projeto 2025* propõe a revogação de proteções ao aborto garantidas pela Lei de Tratamento Médico de Emergência e Trabalho de Parto (EMTALA) e a reformulação de políticas públicas para estigmatizar e deslegitimar a saúde sexual e reprodutiva. O plano também visa

desmantelar dois pilares do acesso à contracepção nos EUA: o Título X, programa de planejamento familiar financiado publicamente, e a garantia federal de cobertura de contraceptivos pelo Affordable Care Act (Guttmacher, 2024, *online*).

No cenário global, o *Projeto 2025* pretende enfraquecer iniciativas de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o corte do financiamento dos EUA a programas internacionais. O projeto extremista está em curso.

Após a posse de Donald Trump, diversos sites governamentais foram removidos, gerando críticas. Entre os conteúdos apagados, temos as páginas sobre gênero e direitos reprodutivos: "O *portal ReproductiveRights.gov*, que fornecia informações sobre o aborto, também saiu do ar. Criado no governo Biden, o portal destacava que o aborto ainda é legal em muitos estados, mesmo após a revogação. Ativistas classificaram a remoção como um ataque aos direitos das mulheres" (DCM, 2025, *online*).

Comparativo entre a ficção de "O Conto da Aia" e os desdobramentos políticos recentes

Nesse contexto geopolítico é importante recordarmos a crítica trazida em *O Conto da Aia* (*The Handmaid's Tale*), ficção de Margaret Atwood (1985), que é uma distopia que retrata um regime totalitário teocrático, em um cenário, chamado República de Gilead, onde as mulheres são brutalmente subjugadas e reduzidas a funções estritamente reprodutivas. A protagonista, Offred, é uma *aia*—mulheres forçadas a gerar filhos para a elite governante devido à crise de fertilidade no mundo pós-colapso ambiental e social. A obra foi inicialmente lançada em livro, no ano de 1985, ganhando a adaptação cinematográfica por Bruce Miller em 2017, como série, obtendo grande aceitação do público.

A narrativa, em suas duas formas, critica a opressão de gênero, o controle sobre os corpos de mulheres e a instrumentalização da religião para justificar autoritarismo. Também evidencia como regimes repressivos se sustentam pelo medo, pela vigilância e pela cumplicidade de diferentes setores da sociedade, incluindo mulheres que colaboram com o sistema. O que também nos chama atenção é que a história se passa em um cenário fictício dos EUA e se desenrola principalmente na região de Cambridge, Massachusetts, onde se localiza a Universidade de Harvard. Esse local simbólico sinaliza para a crítica da autora sobre a transformação de um espaço historicamente associado ao conhecimento e à liberdade em um epicentro de repressão e controle.

A narrativa de Atwood (1985; 2017) alerta para os perigos do retrocesso nos direitos conquistados, especialmente os direitos reprodutivos e políticos das mulheres.

A ficção cinematográfica tem o poder de causar um impacto profundo, provocando um desconforto notável ao nos fazer imaginar a perda de nossos direitos e questionar até que ponto a ficção pode se tornar realidade. Nesse contexto, confrontamo-nos com a dualidade do poder: a potência e a impotência. Como destaca Saffioti (2015, p. 54), as mulheres, em todo o mundo, estão mais familiarizadas com esta última.

De posse desse conhecimento, essa reflexão nos conduz a um exercício de imaginação e fantasia inquietante: diante do contínuo retrocesso nos direitos conquistados, seria possível que, em determinado fluxo histórico, nos víssemos à beira de uma realidade semelhante à de Gilead?

Talvez para a maioria das mulheres seja impensável, mas para nós que nos debruçamos nos estudos de gênero, patriarcado, neoliberalismo, capitalismo, em um cenário geopolítico de ascensão da extrema direita não deixamos de procurar as nuanças da linguagem cinematográfica nos acontecimentos presentes.

Na posse de Donald Trump, nesse ano de 2025, com ascensão da extrema direita e com a inegável influência dos Estados Unidos da América em quase todo o globo, para além dos discursos de ódio contra os direitos das mulheres e de todas as minorias, nos deparamos com uma peculiaridade: chama a atenção as vestimentas utilizadas pela primeira-dama e sua filha. Com vestido azul-marinho e com rica identidade de detalhes, que parece ter saído de uma das cenas da série o Conto de Aia (2017), a filha de Trump vai à posse do extremista. Enquanto sua mãe, a primeira-dama, aparece utilizando um chapéu que cobre os olhos. O que nos deixa inquietas

quanto à realidade do nível da referência e sobre o questionamento da ínfima possibilidade de coincidência.

Obviamente, vestimentas também têm suas linguagens e "[...] pensar criticamente o cinema implica reconhecer o impacto social desse meio de comunicação e procurar conhecer as nuanças da linguagem cinematográfica e sua capacidade de evidenciar ou mesmo criar padrões de conduta que marcam limites sociais ou estimulam transgressões ao *status quo*" (Kamita, 2017, p. 1393).

Há implicações das práticas simbólicas e discursos políticos no fortalecimento de estruturas patriarcais e capitalistas no sistema atual geopolítico que coloca em alerta os movimentos sociais e luta pela manutenção dos direitos humanos das mulheres.

A Ficção Influenciando a Realidade: Produções artísticas, como "Shirley para Presidente (2024)" e "O Conto da Aia (1985; 2017)", inspiram reflexões sobre resistência e lutas sociais

Podemos afirmar que a relação entre ficção e realidade sempre foi permeada por trocas simbólicas e discursivas que moldam a percepção social sobre história, identidade e política. Produções cinematográficas como *Shirley para Presidente* (2024) e *O Conto da Aia* (1985; 2017) exemplificam como a arte pode servir tanto como espelho das opressões estruturais quanto como ferramenta de resistência e mobilização social. De maneira que "[...]oferecer uma nova visão sobre a linguagem cinematográfica é uma forma de subverter as bases nas quais se sustenta historicamente o cinema (Kamita, 2017, p. 1394).

A arte cinematográfica tem o poder de influenciar narrativas políticas e sociais, ao proporcionar reflexões sobre contextos históricos e suas implicações contemporâneas. *Shirley para Presidente* (2024) resgata a história de Shirley Chisholm, primeira mulher negra a se candidatar à presidência dos Estados Unidos, reafirmando a importância de figuras históricas na luta por igualdade racial e de gênero. A produção dialoga diretamente com a conjuntura atual, marcada pelo avanço de políticas ultraconservadoras, trazendo a figura de Chisholm como um símbolo de resistência frente à exclusão histórica contínua de mulheres negras no cenário político. Os estudos de Sueli Carneiro (1993) são atuais ao apontar a importância da organização de mulheres negras como novo ator político que exige criatividade e consolida-se como um ponto-chave para o desenvolvimento da interseccionalidade como identidade. Cabe a nos a fantasia: quais teriam sidos nossos avanços caso a candidatura de Shirley Chisholm em 1972 tive sido vitoriosa?

Da mesma forma, *O Conto da Aia* (1985; 2017) funciona como uma distopia que alerta sobre o perigo do retrocesso de direitos fundamentais. A história da República de Gilead, onde mulheres são brutalmente subjugadas, reduzidas a instrumentos reprodutivos e destituídas de autonomia, tem ressonância em políticas contemporâneas que buscam restringir os direitos reprodutivos e reforçar padrões patriarcais – aproximando-se ao *Projeto 2025* do governo de Trump. Assim, podemos entender a distopia de Margaret Atwood como uma referência simbólica para movimentos feministas, capaz de inspirar protestos e mobilizações em defesa dos direitos das mulheres ao redor do mundo.

O cinema, portanto, não apenas retrata realidades sociais, mas também as influencia, ao oferecer discursos que podem legitimar estruturas de poder ou questioná-las. Em um contexto de avanço da extrema-direita e ameaças às conquistas feministas e de minorias, obras como *Shirley para Presidente (2024)* e *O Conto da Aia* (1985; 2017) cumprem um papel essencial na educação política e na construção de uma consciência crítica não somente para o movimento feminista, mas para todos.

Ao passo que evidencia a força da representatividade e a importância das lutas históricas, essas produções reafirmam que a resistência é também uma prática cultural e discursiva, aonde a memória e a arte vem desempenhando papéis fundamentais na manutenção e avanço dos direitos humanos.

Considerações Finais

O cinema nos é apresentado como expressão artística e política, desempenhando um papel crucial na formação de consciências e na ampliação dos debates sobre questões estruturais que permeiam a sociedade, como patriarcado, racismo e sexismo. A análise das produções *Shirley para Presidente (2024)* e *O Conto da Aia* (1985; 2017) evidencia como a arte pode contribuir para a compreensão das dinâmicas de opressão, resistência e mobilização política, para além das fontes formais textuais.

A vida e trajetória de Shirley Chisholm que virou filme e a distopia de Margaret Atwood são exemplos de como diferentes narrativas podem dialogar com contextos históricos e atuais, refletindo e influenciando movimentos sociais. A interseccionalidade, como ferramenta analítica, nesse contexto permite não apenas identificarmos as estruturas de dominação, mas também a importância de traçar estratégias para enfrentá-las.

Diante do atual cenário político global, onde o conservadorismo tem avançado e direitos conquistados, principalmente os direitos humanos das mulheres são ameaçados, produções culturais, como as obras cinematográficas, assumem um papel ainda mais relevante na conscientização e mobilização social. Assim, o cinema segue como uma ferramenta potente de resistência, educação e transformação social, reafirmando a necessidade do ativismo e manutenção da luta por direitos humanos e justiça social e sendo fonte de análise social que exige uma reflexão crítica sobre a interseção entre ficção e realidade.

Referências

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. São Paulo: Rocco, 1985.

CAFÉ HISTÓRIA. **Shirley para Presidente**: uma mulher que lutou para fazer história. Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/shirley-para-presidente-uma-mulher-que-lutou-para-fazer-historia/. Acesso em: *23 dez. 2025.*

CARNEIRO, Sueli. A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas. **Cadernos Geledés**, v. 4, p. 8-14, 1993. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Mulher-Negra.pdf Acesso em: 16 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir da perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO**. Após posse, gestão Trump tira do ar sites sobre gênero, aborto e invasão do Capitólio**. Disponível em: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/apos-posse-gestao-trump-tira-do-ar-sites-sobre-genero-aborto-e-invasao-do-capitolio/. Acesso em: *29 jan. 2025.*

ESQUINA DA CULTURA. **Crítica**: *Shirley para Presidente (Netflix).* Disponível em: https://www.esquinadacultura.com.br/post/critica-shirley-para-presidente-netflix. Acesso em 22 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20- %20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em 27 dez. 2024.

GUTTMACHER INSTITUTE. How *Project 2025* seeks to obliterate SRHR. Disponível em: https://www.guttmacher.org/fact-sheet/how-project-2025-seeks-obliterate-srhr. Acesso em: *29 jan. 2025.*

KAMITA, Rosana Cássia. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1393-1404, set./dez. 2017.

NATIONAL WOMEN'S HISTORY MUSEUM. Shirley Chisholm. Disponível em: https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/shirley-chisholm. Acesso em: 20 dez. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

THE HANDMAID'S TALE. [Série de TV]. Criação de Bruce Miller. Hulu, 2017. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt5834204/. Acesso em: 29 jan. 2025.

Fontes audiovisuais

Shirley para Presidente. Direção: John Ridley. Cincinnati, Ohio – EUA: Netflix, 2024.
Série: O Conto da Aia. Criação: Bruce Miller. Cambridge – EUA: MGM Television, 2017.

Recebido em 7 e novembro de 2025
Aceito em 6 de janeiro de 2026